

## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO DA PARAÍBA

Mainara Duarte Eulálio<sup>1</sup>

Jomar Ricardo<sup>2</sup>

Universidade Estadual da Paraíba

A partir das conjunturas políticas e sociais que contribuíram para a formação das entidades negras no Brasil, o presente trabalho tem como objetivo analisar a constituição histórica MNPB, através do processo de criação do MNU, no período de transição política do regime de exceção para redemocratização do Brasil (1976-1988). Nesse sentido, utilizamos como fundamentação teórico-metodológica o estudo dos documentos que remetem aos 10 anos da criação do MNU e ao VII Encontro de negros do Norte e Nordeste, como também, uma pesquisa bibliográfica em trabalhos que enfocam essa temática na Paraíba. Visto isso, percebemos a participação dessas organizações na luta pela inclusão da população negra na sociedade brasileira frente às desigualdades étnico-raciais, a discriminação e o preconceito racial.

Palavras-chave: Entidades negras; Movimento negro; Desigualdade étnico-racial;

Durante o século XX, foram várias as mobilizações envolvendo as questões étnico-raciais no Brasil. Dentre as quais há destaque para a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches do Café, do início do século, antes chamada Companhia de Pretos, que era formada por trabalhadores na maioria negros da zona portuária do Rio de Janeiro. Mas foi enfraquecida, devido às rivalidades internas entre os integrantes estrangeiros e os negros. Em 1910, com maior repercussão, ocorreu a Revolta da Chibata liderada pelo negro João Candido, que teve como propósito o fim dos castigos corporais impostos pela Marinha brasileira.

Essas organizações surgiram junto à necessidade de sobrevivência frente aos fatores históricos perpassados pós sociedade escravista. Estes fatores remetem ao desconhecimento da nova forma trabalhista e das dificuldades de competir no mercado

---

<sup>1</sup> Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e Especialista em História e Cultura afro-brasileira (2010).

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007), atualmente é professor da Universidade Estadual da Paraíba e integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEAB-Í/UEPB) e dos grupos de Pesquisa CNPq/UEPB: História e Cultura Afro-Brasileira e História, Cultura e Ensino.

de trabalho, que fizeram com que muitos negros no período de transição da Monarquia à República se incorporassem à massa que vivia das várias formas de subemprego.

Já no início dos anos de 1930, ocorreu uma série de encontros públicos da comunidade afro-brasileira para discutir a criação de uma nova organização negra, explicitamente política. Surge assim, a Frente Negra Brasileira (FNB), que por seis anos atuou na formação da identidade negra no Estado de São Paulo, no Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, chegando a congregar cerca de 200 mil negros.

No início, a FNB concentrou suas ações em uma variedade de programas destinados a melhorar a situação da população negra. Utilizando os jornais, *A Voz da Raça* e o *Clarim da Alvorada*, como órgãos de divulgação das idéias referentes à FNB que tinha como princípio acabar com o preconceito racial. Esses programas e a mensagem geral da Frente de ascensão moral e progresso material da raça negra atraíram uma quantidade substancial de membros. Em 1936, a FNB se registrou como instituição parlamentar, contudo, ao se transformar em partido político, a Frente perdeu sua unidade interna e também perdeu forças na luta por reivindicações próprias da Comunidade Negra da época.

Porém, este partido teve vida curta. Pois, em 1937, todos os partidos foram destruídos pelo Golpe Militar realizado por Getúlio Vargas. Nesse ano, foram reprimidas todas as instituições que tinha caráter popular.

Segundo Baptista (2002), na década de 1930, o movimento preocupava-se na integração do negro, na melhoria das condições de vida através da escolarização e na luta contra a segregação e discriminação racial presentes no cotidiano das grandes cidades. Nessa época não tinha lideranças intelectuais dispostas a pensar a questão do movimento e o contexto das relações raciais no Brasil com perspectiva própria.

Apesar do fechamento da FNB e com a queda do Estado Novo, no período de 1945-70 surgiram outras entidades negras de cunho social e político no Brasil. O Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (CDAB), ambos criados no Rio de Janeiro, foram as mais importantes entidades criadas nessa época. Porém, apenas o TEN sobreviveu por mais tempo. Pois o CDAB, fundado em 1945, não teve nenhuma de suas propostas aprovadas pelos Constituintes. Com essa derrota, muito dos antigos aliados não permaneceram na luta contra o racismo, outros dispersaram e o CDAB com pouco tempo se autodissolveu.

Já o TEN, fundado em 1944 e tendo como um dos idealizadores Abdias do Nascimento, tinha como pretensão organizar uma ação que tivesse significado cultural, artístico e social, no entanto, acabou também sendo um centro de luta contra o racismo, chegando ao fim na década de 1950.

Nesse período também houve a fundação do Conselho Nacional das Mulheres Negras que tinham como função atender os mais variados serviços para a população, seja sobre documentação a educação das crianças e adultos.

Com o golpe militar de 1964, ocorre a desestruturação dos movimentos sociais brasileiros, devido à forte repressão instaurada nas lideranças dos grupos étnicos e sociais. Contudo, no início da década de 1970, houve a retomada das mobilizações negras relacionadas à questão étnico-racial. Esse período marcou o grande impulso do movimento negro no Brasil, existindo uma forte discussão em torno da denúncia das desigualdades raciais na sociedade brasileira, com características influenciadas pelo negro norte-americano e de problemáticas como a questão da identidade negra. Além disso, havia a atenção dos jovens universitários pelos acontecimentos das guerras de libertação dos povos africanos de língua portuguesa que despertavam forte interesse no combate pela submissão do povo negro diante do imperialismo capitalista do século XX.

No início da década de 1970 vários grupos das entidades negras retomaram suas atividades. Como foi o caso do teatro negro pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em São Paulo, o alerta do Grupo Palmares para a mudança das comemorações do dia 13 de maio para o dia 20 de novembro, e o movimento Black Rio, no Rio de Janeiro. E outras entidades como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), também aparecem no cenário político da década de 1970.

No mesmo período, a Paraíba também vivenciava essa conjuntura política de mobilização social da população negra para o agrupamento de pessoas interessadas em combater as injustiças sociais presentes no Estado.

## 1. Formação do Movimento Negro na Paraíba

Em 1976, através dos contatos tidos entre as entidades negras do Rio de Janeiro e de São Paulo, deram início a formação do Movimento Negro de caráter nacional. Assim, lançaram as bases do Movimento Negro Unificado (MNU), anteriormente, chamando de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o MNUCDR.

A efervescência política do final da década de 1970 e início de 1980 provocaram as mobilizações silenciadas pela ditadura retomarem o cenário político do Brasil. Estas por sua vez, organizadas pelos movimentos de massa, combatiam as torturas e prisões arbitrárias realizadas pelo regime, lutavam pelos direitos trabalhistas através das greves, por melhores salários e melhores condições de vida e, no caso do Movimento Negro, mobilizaram e organizaram a população negra para lutarem contra o preconceito racial.

No ano de 1978, as entidades que vinham fazendo trabalho com a população negra, decidiram fundar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que dias depois passou a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Essa organização tinha como fundamento o problema racial presente no cotidiano dos negros brasileiros, juntamente, com a violência policial e o desemprego que acentuavam a marginalização dessa população.

O MNUCDR se organizou em vários estados brasileiros, principalmente nas capitais, solidificando com a Carta de Princípios, um Programa de Ação, Estatuto, Regimento Interno e se caracterizando como um movimento autônomo e independente. Durante vários encontros, congressos e atos públicos, o movimento ampliou e aprofundou o programa de ação, que resolveu simplificar o nome “Contra a Discriminação Racial”, por uma palavra, Negro. Ou seja, o MNU tem como princípio o combate ao mito da democracia racial, ao racismo camuflado em todos os aspectos políticos, econômicos e culturais do Brasil, a luta pela liberdade de manifestação cultural e religiosa dos afro-brasileiros e contra a exploração econômica.

Os motivos decisivos para criação do movimento foram a reação contra a discriminação do Clube Tietê de São Paulo a quatro negros atletas e, também, à morte de Robson Silveira da Luz, negro operário. O primeiro ato público foi para protestar contra esses atos de violência e para lançar a primeira carta aberta à população brasileira, que tinha como um dos princípios:

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
- b) com a luta internacional contra o racismo. (MNU, 1988, p.19)

Desse modo, nota-se a reivindicação do movimento pelos direitos dos cidadãos brasileiros, exigindo os deveres dos governantes perante os setores populares.

O MNU também acredita que a permanência do sistema capitalista privilegiar uma camada altamente exploradora e mantenedora de desigualdades, dificulta e não ajuda a solucionar os problemas da maioria da população. Sem esquecer que também aumenta os empecilhos das reivindicações do MNU.

A década de 1970 teve um papel importante na história do movimento, não só por ser o momento em que a luta contra o racismo e a marginalização do negro se efetiva numa crítica radical às relações raciais no Brasil, mas também porque o fim da crença do mito da democracia racial vai exigir a construção da identidade negra, situando-a na esfera do poder, da cultura nacional e numa nova maneira de pensar a História.

A maior valorização da cultura e identidade negra é enfatizar a afirmação da negritude, num Brasil que acredita no entrelaçamento das culturas indígena, negra e européia, porém, na realidade, isso recai na predominância hegemônica da última cultura. Ou seja, esse fator, nas sociedades pluriétnicas, tende a existir a tentativa da cultura hegemônica folclorizar as heranças culturais dos grupos étnicos dominados. E essa crença de país democraticamente racial, dificulta a afirmação da identidade étnica entre a população negra. Para a autora, essa dificuldade se encontra,

Primeiro porque as práticas culturais negras estão extremamente difundidas entre a população brasileira, o que favorece ainda mais a percepção da lógica assimilacionista da identidade nacional; segundo porque existe uma imagem depreciativa das características fenotípicas negras. Daí a importância das instituições culturais do movimento negro como os blocos afros, nos quais ocorrerá a valorização de uma estética negra através das vestimentas, música, dança etc., construindo uma auto-estima que fortalece a identidade individual e se associa à identidade do grupo étnico (BAPTISTA, 2002, p.40).

No entanto, Baptista (2002) ressalva que a valorização da cultura africana através das manifestações culturais é um ponto que suscita várias discordâncias dentro do movimento, pois acreditam que essas manifestações não são formas suficientes para conscientização política do grupo. É isso, entre tantas outras, uma das dificuldades

enfrentadas pelos grupos étnicos afro-brasileiros para mostrarem eficácia na construção da conscientização política. Contudo para os militantes do Movimento,

a militância é um espaço em que a vergonha de ser negro transforma-se em orgulho, em que o indivíduo desenvolve uma identidade articulada em torno de qualidades positivas e passa a ter nova história, além de intensificar a luta, que já vinha desenvolvendo desde o início da escravidão, por sua afirmação, agora com companheiros articulados em âmbito mundial, na área governamental, na não governamental e na academia (FARIAS, 2004, p. 93).

Na década de 1980, as mobilizações do MNU intensificaram suas ações políticas atuando em diversos setores da sociedade brasileira. Voltaram-se para o problema do menor abandonado, lutaram pelo combate da discriminação da mulher negra, uniram-se na reconstrução da imprensa negra, na educação incentivaram o ensino obrigatório da História da África e da cultura afro-brasileira, contribuíram para reorganização dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e incentivaram a luta pela reforma agrária. Além de permanecerem com seus princípios fundamentais das reivindicações contra o racismo, contra o grande desemprego dos grupos marginalizados, principalmente, o negro, a favor da liberdade para manifestações da cultura afro-brasileira e do direito por melhores condições de vida.

Dentro dessa perspectiva, o movimento repercutiu para outros estados brasileiros. Na Paraíba, o Movimento Negro de João Pessoa (MNJP) surge em 1979 a partir da iniciativa de dois militantes, Gilvandro de Carvalho e Gilvanete de Carvalho, depois de participarem de um evento em Recife que tinha fundamentos na criação do MNU nesta cidade.

Com muitas dificuldades, o MNJP foi sendo estruturado com objetivo de levar essas reivindicações para outras cidades da Paraíba. Durante cinco anos da década de 1980, os militantes se reuniram no espaço acadêmico da Universidade Federal da Paraíba, e em 1985 foram transferidos para a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba. Em 1990, o MNJP foi dissolvido e muitos dos militantes formados pelo movimento precisaram de uma base ou referência aglutinadora representada pelo MNJP. Nesse sentido, no ano seguinte, tentaram criar uma “entidade-mãe” que reunisse os grupos que ficaram dispersos após a dissolução do MNJP. Porém, em 1996 essa proposta foi extinta e o movimento passou a abranger outras áreas da Paraíba recebendo a denominação de Movimento Negro da Paraíba (MNPB), tendo a sede localizada em João Pessoa. Desse modo, é apenas no final da década de 1990 que criaram o estatuto do MNPB com base nas reivindicações nacionais do MNU.

A partir da iniciativa do MNPB, outras regiões do Estado também formaram organizações em várias instituições para debaterem e atuarem em diversos aspectos socioculturais que houvesse a participação da população negra. Dentre as cidades paraibanas que apresentaram e ainda apresentam maior mobilização de caráter político reivindicatório se destacam Sousa, Campina Grande, Catolé do Rocha e João Pessoa.

Já no início do século XXI, o MNPB intensifica sua proposta pela implantação de políticas públicas no estado para contemplar “os diversos aspectos da vida, como educação, religião, arte/cultura; ecologia/meio ambiente/desporto, recreação e turismo e reitera a defesa em prol do Conselho da Comunidade Negra” (FONSECA, 2009, p. 94). Na educação, o Movimento Negro teve uma forte presença na implementação da Lei 10.639/03, substituída pela Lei 11.645/08, que legitima a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena. Houve também a participação intensa do movimento nas discussões sobre as ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras nas instituições de ensino superior.

## **2. Considerações Finais**

Hoje a população paraibana possui mais de 56% de negros, segundo dados do IBGE/2000. Tendo visto essa quantidade, a importância de organizações como o Movimento Negro da Paraíba contribui na luta dessa população frente às desigualdades étnico-raciais, a discriminação e o preconceito racial com base nas condições socioeconômicas dos negros paraibanos. Além dessas questões, o MNU está trazendo discussões sobre políticas públicas para o contexto social e econômico do país.

Entretanto, na Paraíba os avanços sobre essas diretrizes do movimento são lentos. Pois o governo estadual não tem dado espaço para o diálogo com os militantes e suas propostas. No entanto, segundo Fonseca (2009), no município de João Pessoa houve a conquista da formulação das diretrizes municipais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Portanto, dentro dessas discussões étnico-racial inserida na conjuntura política e social do país, que as entidades negras juntamente com o Movimento Negro Unificado, introduzem o diálogo e a problemática da inserção do negro na sociedade como agente transformador e responsável pela formação da História do Brasil.

**- Referências Bibliográficas:**

BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros*. 2002. 67 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. *Negro no plural: um estudo de caso sobre a construção identitária de negros militantes e não-militantes em Campina Grande/PB*. Mestrado em Antropologia. Recife: UFPE, 2004.

FONSECA, Ivonildes da S. *O Movimento Negro da Paraíba: breve histórico*. In: ROCHA, Solange P. da; FONSECA, Ivonildes da S. (Orgs). *População negra na Paraíba: história, política e ensino*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2009, p.83-97 (no prelo).

MNU. *1078-1988. 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MNU-PE. *VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste*. Recife: Cia. Editora Pernambuco, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Nevez; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.